

AS SOMBRAS DO LATIFÚNDIO: IMPLICAÇÕES DA ESTRUTURA AGRÁRIA NA FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA

David J. Caume

RESUMO: O trabalho analisa como três autores considerados clássicos do pensamento social no Brasil – Oliveira Vianna, Gilberto Freyre e Caio Prado Jr. – abordaram, em suas similitudes e diversidades, as conseqüências sociais, culturais, econômicas, políticas e ecológicas decorrentes da implantação e desenvolvimento de uma estrutura fundiária centrada na grande propriedade no Brasil.

UNITERMOS: formação nacional, estrutura agrária, pensamento social brasileiro.

INTRODUÇÃO

Pretendo neste trabalho verificar como três autores considerados clássicos do pensamento social no Brasil – Oliveira Vianna, Gilberto Freyre e Caio Prado Jr. – abordaram, em suas similitudes e diversidades, as conseqüências sociais, culturais, econômicas, políticas e ecológicas decorrentes da implantação e desenvolvimento de uma estrutura fundiária centrada na grande propriedade no Brasil.

Estes autores certamente apresentam perspectivas analíticas e políticas bastante diferenciadas acerca dos temas e problemas tratados. Apesar das controvérsias, acredito que sinalizam um horizonte de preocupa-

ções, se não semelhantes, ao menos bastante próximas; inquietações que são os desafios de sua época. Freyre, Caio Prado e Oliveira Vianna constroem leituras desiguais da realidade brasileira, mas estão inseridos em um contexto de profundas transformações que marcam as três primeiras décadas no país, sendo *“necessário percebê-los como reflexão sobre as perspectivas de mudança que estão ocorrendo, em dado momento, na sociedade em que vivem”* (Bastos, 1986, p. 85).

Que mudanças são essas que perpassam, direta ou indiretamente, a obra dos autores?

São várias, contudo a principal delas, sem dúvida, é o lento, gradativo e contraditório processo de conversão de uma sociedade de base agrária em uma sociedade de tipo urbano-industrial. Transformação que acompanha ou suscita uma diversidade de outros fenômenos sociais, políticos, culturais e econômicos: redefinição do bloco de poder dominante, crescente efervescência intelectual e cultural (a realização em São Paulo da Semana de Arte Moderna constitui a expressão mais significativa), a diversificação das classes e grupos sociais, o debilitamento econômico do setor agrícola e a ascensão do setor industrial, o acirramento dos conflitos sociais, a proletarianização dos trabalhadores, etc.

Sob formas diferenciadas, grande parte dos autores desse período buscam compreender, à luz de nossas raízes históricas, a configuração e os dilemas do presente. Procuram entender e explicar o país, as heranças do passado colonial-escravista que persistem e conformam o presente. Gilberto Freyre procura as raízes de nossa identidade nacional. Caio Prado Jr. analisa como nosso passado restringe nossas perspectivas de presente e futuro. Oliveira Vianna investiga os bloqueios para a unidade e integração nacional.

Delineiam, em suas diferentes obras, um conjunto de temáticas que refletem preocupações pertinentes ao pensamento social brasileiro da primeira metade do século XX. Todavia, é a problemática construção da nação brasileira o eixo norteador que percorre a produção intelectual

do período; diferentes autores analisam os problemas e os impasses que bloqueiam a afirmação de nossa nacionalidade.

Meu objetivo específico é esquadrihar na obra desses três grandes símbolos de nosso pensamento social as marcas do latifúndio sobre o destino nacional; isto é, as implicações para a formação nacional brasileira decorrentes da presença hegemônica e indelével ao longo de nossa história de uma estrutura agrária assentada na grande propriedade rural.

OLIVEIRA VIANNA: UM DIAGNÓSTICO DO BRASIL

Oliveira Vianna pode ser enquadrado na geração dos anos 20 da intelectualidade brasileira que, segundo Pécaut (1990, p. 23), procura “colocar a literatura a serviço da recuperação da nacionalidade e de fazer dela um instrumento de transformação social e política”. Atenuam-se os limites entre a escrita e a ação, entre a literatura e a política, tornando-se o escritor uma espécie de porta-voz da nação e, algumas vezes, ocupando posições de poder. Reclamando do Estado para que assumisse o papel de construtor da Nação, Oliveira Vianna ocupará importantes funções na formulação das políticas sociais e trabalhistas do Estado Novo.

O conjunto da obra do autor pode ser pensada como a elaboração de um grande diagnóstico sobre as mazelas que bloqueiam a afirmação da nação brasileira. Diagnóstico como práxis, voltado para a ação transformadora da realidade analisada e articulado a propostas de novas ordenações jurídico-políticas.

Obcecado pela unidade nacional, Oliveira Vianna arma suas baterias contra os ideários, agentes sociais e instituições políticas que promovem a “anarquia” e representam o risco de esfacelamento da débil integração nacional. Esse pressuposto funda suas críticas ao liberalismo, aos partidos políticos e às oligarquias agrárias locais, que representariam interesses fragmentários e particularistas.

É o diagnóstico de uma “situação anárquica”, de desagregação social, onde as classes sociais não assumem o papel que lhes caberiam na construção da nação, que, segundo o autor, justifica a necessária intervenção estatal no sentido de tornar o social amorfo e inorgânico em ordenado e integrado. Construir a nação é, portanto, na perspectiva autoritária de Vianna, papel do Estado e não da sociedade civil. Ressalte-se, contudo, o caráter instrumental da intervenção estatal proposta por Oliveira Vianna. O autoritarismo é um meio e não um fim no ideário político do autor, constituindo um caminho para a implantação da democracia.

Minha intenção é procurar entender como a questão da estrutura agrária se articula com esse eixo temático presente na produção do autor; ou seja, procuro investigar como ele analisa as implicações e os desdobramentos das origens agrárias da formação nacional brasileira. Em última instância, delinear as formas pelas quais a presença hegemônica do latifúndio em nossa estrutura agrária implicou em empecilhos à construção do Estado nacional e da nação idealizados por Vianna.

Para o autor, uma estrutura fundiária fundada no grande domínio territorial implicou o fortalecimento exacerbado do poder privado dos grandes caudilhos locais e, em conseqüência, o enfraquecimento da autoridade pública unitária e centralizada, impedindo a constituição de uma ordem jurídica de cunho nacional. As tensões entre o público e o privado, entre centralização e descentralização são questões permanentes em sua obra. *“O grande problema que Oliveira Vianna entrevê na ordem caudilhesca destes patriarcas territoriais do período colonial é que eles encarnam... o poder doméstico, o poder pessoal, o poder privado do indivíduo, da família e do clã Este poder centrifuga implacavelmente a autoridade pública central”* (Domingues Leão Rego, 1993, p. 171).

Além dessa implicação ao nível da organização político-institucional do país, aponta outra decorrência do predomínio do latifúndio ao nível das relações sociais. Estabelece uma relação fundamental entre o tipo de sociabilidade dominante em determinada sociedade e a

estrutura fundiária que conforma as relações sociais. Para ele, a pequena propriedade propicia condições para práticas sociais de solidariedade, enquanto o latifúndio é um obstáculo para tal processo. O autor detecta em nossa estrutura latifundiária um empecilho concreto à efetivação de laços de coesão social que possibilitem a formação de nossa nacionalidade:

“Nós somos o latifúndio. Ora, o latifúndio isola o homem; o dissemina; o absorve; é essencialmente anti-urbano. Nesse insulamento que ele impõe aos grupos humanos, a solidariedade vicinal se estiola e morre” (Vianna, 1987, p. 48)

Em decorrência do enfraquecimento da vida comunal e social, a esfera doméstica se expande e ganha preponderância, onde *“o grande senhor rural faz da sua casa solarenga o seu mundo. Dentro dele passa a existência como dentro de um microcosmo ideal: e tudo é como se não existisse a sociedade”* (idem, p. 48).

Apresenta uma perspectiva analítica marcada pela ambivalência entre a exaltação das qualidades morais de nossa família aristocrática e as consequências negativas para a construção da nação decorrentes da *“função simplificadora”* exercida pelo predomínio dos grandes domínios rurais em nossa estrutura agrária.

Para Oliveira Vianna, o latifúndio ocupa uma posição de centralidade na vida do país, não apenas em sua dimensão econômica e política, mas também cultural e moral. *“O domínio rural é o centro de gravitação do mundo colonial. (...). Dele é que parte a determinação dos valores sociais. Nele é que se traçam as esferas de influência. Sobre ele a figura do senhor de engenhos se alteia, prestigiosa, dominante, fascinadora.(...) Ele é que classifica os homens. Ele é que os desclassifica”* (idem, p. 58-9).

Ao caráter fundamental representado pelo grande domínio territorial o autor aponta aspectos tanto positivos quanto negativos. Se, por um lado, expõe um juízo crítico da *“função simplificadora”* exercida por uma estrutura agrária fundada na grande propriedade, por outro, enaltece que

tal estrutura propicia não somente a formação e desenvolvimento de uma aristocracia de altas qualidades morais¹, mas também, pelo exercício do poder de mando sobre os trabalhadores, preparada para ocupar o poder político nacional.

“Os latifúndios dão à classe fazendeira uma fortuna imensa e um prestígio excepcional. Habitua-na, demais, a exercer um poder considerável sobre uma grande massa de homens. São, pois, escolas de educação da classe no sentimento do orgulho no culto da independência moral” (idem, p. 54).

O autor perde de vista a dimensão propriamente econômica da produção açucareira ao entender o latifúndio sobretudo como algo que confere poder político e social, praticamente desconsiderando seu papel de viabilizador da exploração mercantil da colônia pela metrópole portuguesa – tema que se tornará central na obra de Caio Prado Jr..

Apontando um aspecto que será trabalhado especialmente por Gilberto Freyre em *Casa Grande & Senzala*, louvará o caráter miscigenador de nossa civilização propiciado pelo latifúndio patriarcal. Para Vianna, o latifúndio funcionará como o propiciador do encontro dos três grupos étnicos – o branco europeu, o negro africano e o índio americano – formadores de nosso povo, pois “*o latifúndio os concentra e os dispõe na ordem mais favorável à sua mistura. Pondo em contato imediato e local as três raças, ele se faz um esplêndido núcleo de elaboração do mestiço*” (idem, p. 68).

Contudo, Oliveira Vianna revela o caráter desarticulado na sociedade da época desse mestiço, normalmente pequenos produtores agrícolas, livres e pobres, que formam a “plebe rural”, considerando-o elemento estranho à ordem econômica escravista. Ressalta seu papel principal

¹“Quatro qualidades possui o nosso homem rural, cuja influência na nossa história política é imensa: quatro qualidades que constituem o mais genuíno florão da nossa nobreza territorial. Uma é a fidelidade à palavra dada. Outra, a probidade. Outra, a respeitabilidade. Outra, a independência moral” (Vianna, 1987, p. 50).

de provedor desses “elementos de agressão e combate, necessários à composição da horda senhorial... Esta plebe, que não possui nenhum valor próprio e que, economicamente, tem uma importância secundária, exerce, em nossa vida histórica, a função específica de ser viveiro da capangagem senhorial” (idem, p. 163).

Importa frisar que a existência desse enorme contingente que constitui a plebe rural, para o autor, é apenas mais um dos elementos caracterizadores do estado de “*anarquia*” e de “*incoesão social*” que marcam a sociedade colonial, decorrente, em particular, da hegemonia do grande domínio rural que marginaliza e exclui do trabalho e da cidadania uma parcela significativa dos trabalhadores rurais. “*Dispersa, desagregada, instável, inconsciente de si mesma pela ação simplificadora dos grandes domínios, só vale quando utilizada pelos grandes caudilhos territoriais*” (idem, p. 167).

A questão nodal da problemática nacional para Vianna é o que chama de *estado de incoesão social*, caracterizado pela ausência de laços de solidariedade social que sedimentassem a construção da nação. Em termos durkheimianos, o autor aponta um quadro de inorganicidade na sociedade brasileira, onde, na ausência de laços familiares, vicinais e corporativos mais fortes, prepondera o poder da *unidade social agregadora básica* – o clã rural. “*A única força viva do mundo político entre nós é o senhor de terras*” (idem, p. 207). São as múltiplas diversidades do país que determinam a alegada desarticulação que vigora em nossa vida social. Diversidade regional, cultural, de tipos sociais; para Oliveira Vianna, o povo brasileiro não é homogêneo e isto constitui um problema que impede o fortalecimento da solidariedade necessária à constituição da nação.

Se o povo é incapaz de construir a nação; se as disparidades regionais e culturais do país promovem a incoesão nacional; se nossas elites insistem em copiar modelos jurídico-institucionais estranhos à nossa realidade; então, o papel de formar a nação, segundo Vianna, cabe ao Estado: centralizador, unificador, empreendedor das transformações que a sociedade é incapaz de cumprir.

A insolidariedade social tão ressaltada pelo autor tem suas raízes em um conjunto de fatores (geográficos, demográficos, abundância de terras, etc.). Contudo, analisa que a estrutura fundiária altamente concentrada do país desempenha um papel fundamental nesse processo, pois os grandes domínios rurais *“dispersos e isolados na sua desmedida enormidade territorial”* desencadeiam uma *“ação poderosamente simplificadora sobre toda a estrutura das nossas populações rurais”* (idem, p. 117).

Quais são as dimensões dessa *ação simplificadora* sobre a vida nacional enunciadas por Oliveira Vianna?

São implicações tanto de ordem econômica, quanto sociais, políticas e culturais. Sustenta que uma das principais decorrências da hegemonia absoluta do latifúndio é um processo de amesquinamento dos demais setores produtivos. Na medida em que o latifúndio apresenta-se enquanto unidade autárquica decorre um processo que bloqueia o pleno desenvolvimento das atividades mercantis. Oliveira Vianna, entretanto, não estabelece tão somente a dimensão econômica desse fenômeno, mas também sua dimensão política, pois *“o grande domínio impede a emergência... de uma poderosa burguesia comercial capaz de contrabalançar a hegemonia natural dos grandes feudatários territoriais”* (idem, p. 117). Do mesmo modo, obstaculizaria a expansão de uma dinâmica atividade industrial, *“de maneira que o pequeno corpo de fabricantes e artesãos, que consegue, no meio dessas dificuldades, constituir-se nas nossas aldeias, .. vive obscura e precariamente, abrigado à sombra protetora do poderoso patriciado fazendeiro”* (idem, p. 118).

Em síntese: nem classe comercial; nem classe industrial; nem corporações urbanas. Na amplíssima área de latifúndios agrícolas, só os grandes senhorios rurais existem. Fora deles, tudo é rudimentar, informe, fragmentário. São os grandes domínios como que focos solares: vilas, indústrias, comércio, tudo se ofusca diante de sua claridade poderosa (idem, p. 119).

Analisa também a simplificação da estrutura social rural decorrente da inexistência de uma classe média, de prósperos pequenos proprietários independentes, “*uma das falhas mais graves da nossa organização coletiva*”. “*Dependentes ... dos mercados vilarejos, da sua insignificância e mesquinhez, os pequenos proprietários vivem num estado de asfixia periódica. E languescem dentro desse meio, assim compressivo e anemiante*” (idem, p. 127).

Dessa ausência de outras classes sociais, principalmente de uma consolidada e estável classe média rural², resultará, segundo Oliveira Vianna, uma implicação poderosa sobre nossa formação nacional, a dificuldade de afirmação de uma sociedade civil plenamente constituída, pois “*só da vitalidade dos pequenos domínios, da multiplicidade deles, da solidariedade deles, resultaria a constituição, entre nós, de uma classe média forte, abastada, independente, prestigiosa, com capacidade para exercer, defronte da grande propriedade, a ação admirável dos yomen saxônios ou dos burgueses da Idade Média*” (idem, p. 128).

Novamente comprovando sua desconsideração das implicações advindas do caráter de nossa colonização, Oliveira Vianna atribui esse processo de simplificação de nossa estrutura social e econômica à existência de farta disponibilidade de terras. Essa é a causa de um quadro onde impera uma sociedade *instável, desarticulada, incoesa*:

“Sem quadros sociais completos; sem classes sociais definidas; sem hierarquia social organizada; sem classe média; sem classe industrial; sem classe comercial; sem classes urbanas em geral – a nossa sociedade rural lembra um vasto e imponente edifício, em arcabouço, incompleto, insólido, com os travejamentos mal ajustados e ainda sem pontos firmes de apoio” (idem, p. 130).

² Intelectual voltado à ação política que vê o Estado como o executor por excelência de um programa de reformas, Oliveira Vianna proporá a expansão da pequena propriedade (executada através de políticas públicas) como mecanismo de, por um lado, inibir o poderio dos “senhores feudais” do interior e, por outro, favorecer a constituição de um regime democrático que propicie a formação da “opinião pública”, isto é, onde grupos e classes sociais possam manifestar e reivindicar corporativamente seus interesses (Odalía, 1993)

Aponta ainda outra decorrência social e política da hegemonia da grande propriedade agrícola em nossa história: o domínio político dos clãs rurais, chefiados pelos grandes proprietários de terras, a quem “*toda a população rural, de alto a baixo, está sujeita*” como forma de proteção contra a “*anarquia branca*” (idem, p. 134). Essa “*anarquia branca*” decorre, segundo o autor, da completa ausência de um aparelho estatal de justiça que regule as relações sociais no meio rural ou, mesmo, quando de sua existência, de sua subordinação a interesses corporativos ou dos grandes potentados rurais. “*Tudo são embaraços, e tropeços, e decepções para os que pretendem defender-se. Nenhuma garantia; nenhuma certeza; nenhuma probabilidade de vitória*” (idem, p. 136).

Diante dessa situação de insegurança, de desamparo, de ausência de um espaço público garantidor dos direitos individuais dos pobres do campo, o exclusivo recurso é recorrer “*à sombra dos poderosos, para que os protejam*” nas querelas rotineiras da vida social no meio rural. Portanto, para Oliveira Vianna, é a ausência do espaço público, do Estado, o grande motivo que acarreta a expansão do poder privado dos senhores rurais através das organizações clânicas.

“O regime de clã, como base da nossa organização social, é um fato inevitável entre nós... dada a inexistência, ou a insuficiência de instituições sociais tutelares e a extrema miserabilidade das nossas classes inferiores. O nosso compônio carece completamente de força pecuniária, de força material e de força social. Não tem meios para reagir contra o arbítrio, que o ataca, ou o expropria, ou o oprime. De todas essas instituições sociais ou políticas, que garantem em outros povos a pessoa e o direito dos indivíduos, nenhuma age aí, nem pode agir, com eficiência e presteza: as que se organizam entre nós, ou são tardas, ou incertas, ou negativas” (idem, p. 145-6).

Em aspecto aparentemente contraditório com o conjunto de sua obra, Oliveira Vianna expõe que o poder absoluto do latifúndio acaba

por obstaculizar “*uma das maiores forças de solidariedade nos povos ocidentais... a melhor escola da sua educação cívica e da sua cultura política*” (idem, p. 151), a luta de classes! “*Nenbuma classe podia voltar-se contra os senhores de terra, porque todas elas, pela ação simplificadora do grande domínio são atraídas para a aristocracia rural e se deixam atrair por ela*” (idem, p. 151).

Nesta abordagem talvez resida a questão teórica mais tensa e problemática da obra de Oliveira Vianna. De acordo com a passagem citada poder-se-ia pressupor que a impossibilidade em que se achava a população pobre de enfrentar o poder do latifúndio seria uma das causas do pouco ou nulo desenvolvimento entre nós do espírito público. Com base em tal diagnóstico se esperaria dele a receita da ampliação do conflito como forma de possibilitar ao conjunto das forças sociais expressar e reivindicar seus direitos. Todavia, fiel à sua firme concepção do Estado como agente por excelência da integração nacional, Vianna reiterará na segunda parte de *Populações Meridionais...* e em suas outras obras a necessidade do Estado intervir no sentido de assegurar a paz social. Segundo José Murilo de Carvalho (1993, p. 26), a chave explicativa para a análise do conflito social empreendida por Vianna residiria em sua filiação ao pensamento iberista, caracterizado pelo “*ideal de sociedade fundada na cooperação, na incorporação, no predomínio do interesse coletivo sobre o individual, na regulação das forças sociais em função de um objetivo comunitário*”, cabendo, contudo, no caso brasileiro, ao Estado promover as transformações sociais operadas pela sociedade civil no contexto das nações anglo-saxônicas³.

Nada mais longe, portanto, da análise marxista do conflito social. Para Oliveira Vianna, os conflitos sociais têm o poder não de revolucionar e transformar continuamente a vida social, política, econômica e

³ Para o autor, as idéias liberais, particularmente aquelas que professam a descentralização política, não são compatíveis com a realidade brasileira de uma sociedade *desarticulada, incoesa, anárquica*. “... *essas instituições liberais, fecundíssimas em outros climas, servem aqui, não à democracia, à liberdade e ao direito, mas apenas aos instintos irredutíveis, de caudilhagem local, aos interesses centrífugos do provincialismo, à dispersão, à incoerência, à dissociação, ao isolamento dos grandes patriarcas territoriais do período colonial.*” (Vianna, 1987, p. 192).

cultural, mas de dar coesão ao tecido social, unindo-o através de uma *solidariedade estável*. Partindo de um referencial durkheiminiano – onde a cooperação entre os indivíduos resultaria diretamente da divisão do trabalho social, da especialização funcional e da possibilidade de expressão da individualidade no social, o autor aponta que a “*divisão do trabalho, especializando as atividades, forma classes sociais interdependentes – e as une numa solidariedade estável*” (Vianna, 1987, p. 155). Na formação social brasileira ocorre, entretanto, que a *função simplificadora* exercida pelo latifúndio dificultaria esse processo de divisão do trabalho social, impossibilitando a diversificação de interesses sociais e, conseqüentemente, a formação e desenvolvimento de uma solidariedade orgânica entre indivíduos, grupos e classes sociais.

Ainda que sob uma perspectiva interpretativa que possa ser questionada, Oliveira Vianna analisa com argúcia um fenômeno social que contemporaneamente constitui uma realidade do espaço agrário brasileiro: a dificuldade de transformação de nossos trabalhadores rurais em cidadãos plenamente dotados de direitos civis, sociais e políticos visto que a propriedade da terra constitui moeda que confere não apenas riqueza econômica, mas também prestígio social e poder político. Ou seja, o autor, ainda que sob vieses conservadores e autoritários, percebeu as múltiplas e profundas implicações para a vida nacional decorrentes do predomínio de uma estrutura agrária altamente concentrada e excludente.

GILBERTO FREYRE: DO SAUDOSISMO ARISTOCRÁTICO À CRÍTICA ECOLÓGICA

Gilberto Freyre, apesar de igualmente estar preocupado em desvelar as raízes de nossa formação histórica e principalmente da identidade nacional, adota uma perspectiva analítica orientada por pressupostos ideológicos e políticos bastante diferenciados de Oliveira Vianna.

Enquanto Vianna estava voltado a produzir um diagnóstico dos bloqueios e impasses que dificultavam a unidade nacional e a expansão das instâncias jurídico-políticas estatais – em particular, o poder privado das grandes oligarquias latifundiárias, Freyre ressalta as contribuições e a sapiência do patriarcalismo na construção da identidade nacional e a incapacidade do poder público de conduzir tal processo. Se o primeiro constituiu um ideólogo por excelência da intervenção estatal na organização de uma sociedade civil *incoesa e desarticulada*, o último faz o apanágio da família patriarcal, onde as diferentes contribuições culturais se amalgamam satisfatoriamente e onde os conflitos sociais passam por soluções privadas, negociadas fora da esfera pública. Para Freyre era o patriarcalismo que dava unidade nacional ao Brasil.

Igualmente em relação às implicações de uma estrutura agrária de cunho latifundiário na formação e desenvolvimento da sociedade brasileira, a análise dos dois autores percorrem veredas bastante diferenciadas. Vianna ressalta o papel desagregador e simplificador das estruturas sociais, econômicas e políticas provocadas pela hegemonia do grande domínio rural, cuja consequência mais importante é a produção de um estado de *insolidariedade* entre os indivíduos, grupos e classes sociais. Gilberto Freyre, por sua vez, frisa que a família patriarcal, cuja base territorial é a grande propriedade voltada à produção do açúcar, contribuiu de forma indelével para a solidificação de uma organização social, política, econômica e cultural – o complexo da cana-de-açúcar. As casas-grandes representariam o eixo articulador da vida colonial, “*centros de coesão patriarcal e religiosa: os pontos de apoio para a organização nacional*”.

“A casa-grande, completada pela senzala, representa todo um sistema econômico, social, político: de produção (a monocultura latifundiária); de trabalho (a escravidão); de transporte (o carro de boi, o bangüê, a rede, o cavalo); de religião (o catolicismo de família, com capelão subordinado ao pater famílias, culto dos mortos, etc.); de vida sexual e de família (o patriarcalismo polígamo); de higiene do corpo e da casa (o ‘tigre’, a

touceira de bananeira, o banho de rio, o banho de gamela, o banho de assento, o lava-pés); de política (o compadrismo). Foi ainda fortaleza, banco, cemitério, hospedaria, escola, santa casa de misericórdia amparando os velhos e as viúvas, recolhendo órgãos” (Freyre, 1969, p. XXXVII).

Diferentes interpretações que conduzirão à proposição de distintas formas de resolução política dos impasses nacionais. *“Para Oliveira Vianna, a anomia resultante da formação nacional seria corrigida via Estado. Gilberto Freyre, ao apontar para a diversidade da sociedade brasileira, clama por soluções adequadas a essa diferenciação: soluções de caráter regional, escolhidas de acordo com as características conhecidas de cada uma. (...) Para Oliveira Vianna, o Estado cria a nação, mas mantendo a velha sociedade de raízes agrárias. Nesse sentido, a função do Estado é a de estabelecer e consolidar o domínio público. Para Gilberto Freyre, a força da nação, unida por um ponto comum – a democracia racial – mas multifacetada – a diversidade regional/cultural/étnica – mostra que o privado se impõe ao público. O Estado é, portanto, acessório”* (Bastos, 1993, p. 421-2).

Contudo, como toda significativa produção intelectual, a obra freyriana guarda segredos e revela ambivalências e contradições, não permitindo uma leitura determinista e unívoca. Se, por um lado, ao propor a tese da democracia racial no Brasil, Freyre pouco contribuiu para o desvelamento e crítica das formas de opressão e dominação existentes na sociedade escravocrata; por outro, exerceu papel primordial na contestação das teses racistas presentes no pensamento social brasileiro das primeiras décadas do século XX, ressaltando o papel fundamental e criativo das culturas negra e indígena na formação do homem e da mulher brasileira.

Gilberto Freyre conferiu à ordem latifundiária e, principalmente, monocultora, muitos problemas sociais (apatia, indolência, baixo crescimento, fraqueza...) que outros – como Oliveira Vianna, Silvio Romero e José Veríssimo, apontavam como decorrentes da inferioridade racial de negros e índios. *“Ligam-se à monocultura latifundiária males profundos que tem comprometido, através de gerações, a robustez e a eficiência da população brasileira, cuja saúde instável, incerta capacidade de trabalho, apatia, perturbações de crescimen-*

to, tantas vezes são atribuídas à miscigenação” (Freyre, 1969, p. XXXIV). Aponta que o “desprestígio” da população nordestina, estigmatizada como indolente, inconstante, inapta ao trabalho sistemático e contínuo é produto das “*influências desfavoráveis ao homem, da cultura da canna de assucar, quando realizada como se realizou entre nós: com exclusão de culturas de subsistência; pelo latifúndio; pela escravidão; pelo patriarcalismo monossexual, ao mesmo tempo que monocultor*” (Freyre, 1937, p. 183).

Em combate com aqueles que professavam a degeneração do homem brasileiro – sua “*inferioridade física e intelectual*” – por efeitos da *malignidade dos trópicos* ou da miscigenação, Freyre analisa as debilidades físicas dos indivíduos e os males sociais como decorrências naturais da baixa produção de alimentos e a conseqüente má alimentação⁴, pois “*sob semelhante regime de monocultura, de latifúndio e de trabalho escravo não desfrutou nunca a população da abundância de cereais e de legumes verdes*” (idem, p. 56).

Ainda que em *Casa grande & senzala* tenha abordado a temática, é principalmente em sua obra *Nordeste* (1937) que expõe com agudeza as variadas conseqüências decorrentes do domínio absoluto do latifúndio monocultor. Ressalte-se que sua crítica é preponderantemente direcionada ao caráter não diversificado da atividade agrícola, do que propriamente à extensão territorial em que se desenvolve o processo de trabalho.

O livro está centrado na análise da decadência da sociedade patriarcal do complexo açucareiro, configurada particularmente pelo processo de superação técnica e econômica do engenho pela grande usina. Toma como centro de suas preocupações o que denominou de “*patologia social da monocultura*”.

Assim como *Casa Grande & Senzala*, *Nordeste* é marcado pela antinomia entre uma exaltação saudosista do aristocratismo dos senhores do açúcar e uma crítica contundente das conseqüências indesejáveis do sistema latifundiário monocultor. “*Foi justamente essa civilização nordestina do*

⁴. Além da má alimentação, Freyre atribui à sífilis um papel importante na “deformação” da população mestiça. “*De todas as influências sociais talvez a sífilis tenha sido, depois da má nutrição, a mais deformadora da plástica e a mais depauperadora da energia econômica do mestiço brasileiro.*” (Freyre, 1969, p. 65).

açúcar – talvez a mais patológica, socialmente falando, de quantas floresceram no Brasil – que enriqueceu de elementos mais característicos a cultura brasileira. O que nos faz pensar nas ostras que dão pérolas” (idem, p. 219-220).

A usina representará, ao nível das relações sociais, a desagregação dos laços patriarcais que uniam escravos e senhores e a emergência de relações de impessoalidade entre empregados e patrões. “A industrialização e principalmente a comercialização da propriedade rural vem criando usinas possuídas de longe, algumas dellas por Fulano ou Sicrano & Companhia, firmas para as quaes os cabras trabalham sem saber direito para quem, quase sem conhecer senhores, muito menos senhoras. Varios aspectos dessa despersonalização do senhor de assucar aos olhos dos trabalhadores, que na doença ou na dôr não teem uma sinhá-dona a quem pedir um remédio, um sinhô a quem pedir 20\$000 de extraordinario, mas só o barracão, duro e absorvente, veem retratados magnificamente por José Lins do Rego, em Banguê e em Uzina; e por Julio Bello, nas suas reminiscencias do velho senhor de engenho do sul de Pernambuco” (idem, p. 192).

Ainda que preocupada com as péssimas condições de vida e de trabalho do trabalhador assalariado das usinas de açúcar que proliferam no Nordeste no começo do século, a crítica de Gilberto Freyre é de cunho nitidamente conservador, revelando todo seu saudosismo pelo antigo regime patriarcal da casa-grande e do engenho, onde o escravo se encontrava sob as asas protetoras do seu senhor.

“A verdade é que talvez em nenhuma outra região do Brasil a extinção do regimen de trabalho escravo tenha significado tão nitidamente como no Nordeste da canna de assucar a degradação das condições de vida do trabalhador rural e do operario. A degradação do homem. Da assistencia ao escravo – assistencia social, moral, religiosa e até medica, que bem ou mal era praticada pela maioria dos senhores escravocratas no interesses das proprias terras, da propria lavoura, do proprio assucar, da propria familia (em contacto directo com parte da escravaria e indirecto com toda a massa negra) – quasi não resta sinão um traço ou outro, uma ou outra tradição mais sentimental do que efectiva, nos engenhos mais velhos, numa ou noutra usina do senhor menos ausente do campo” (idem, p. 191-2).

Ou seja, a censura ao latifúndio monocultor esboçada por Freyre é, sobretudo, a crítica da vitória da usina sobre o engenho, da modernidade sobre a tradição, do conflito sobre a conciliação⁵. As novas relações sociais entre empresário usineiro e trabalhadores da cana provocam a emergência do conflito, de *“antagonismos outrora mantidos em equilíbrio à sombra dos engenhos ou das fazendas e estâncias latifundiárias”* (Freyre, 1936, p. 153).

“A usina que se installou tão imperialmente na paizagem do Nordeste desde os fins do seculo XIX veio corresponder a uma phase nova de concurrencia com outras regiões produtoras de assucar, mais industrializadas. Era inevitavel: ou a usina ou o fracasso da industria regional de assucar. Mas essa maior centralização da produção industrial não encontrou aqui, nos restos de patriarcalismo escravocrata – particularista em extremo – tradições de solidariedade que permitissem á lavoura defender-se do dominio imperial das novas fabricas. Estas foram, em geral, centralizando-se sob um individualismo duro e secco. Bem diverso do da epoca patriarcal. Firmas commerciaes das cidades começaram a explorar a terra de longe e quasi com nojo da cana, do massapê, do trabalhador, dos rios, dos animaes agrarios. Desappareceu todo o lyrismo – que, aliás, nunca fôra grande nem profundo – entre o dono das terras e a terra; entre o dono das cannas e o cannavial; entre o dono de homens e o trabalhador; entre o dono das aguas e a agua; entre o dono dos animaes e o animal, mesmo agrario, para não falar no do matto; entre o dono das mattas e a matta” (Freyre, 1937, p. 194-5)

Todavia, *Nordeste* constitui, acima de tudo, um pioneiro manifesto de ataque contra os danos ecológicos produzidos pela monocultura açucareira,

⁵. Bastos (1986) considera Gilberto Freyre o *“ideólogo da conciliação”* necessária à rearticulação das oligarquias agrárias no novo bloco de poder em construção na década de 30. Oscilando entre o tradicional e o moderno, conciliando opostos, a crítica de Freyre ao latifúndio nunca o conduziu à defesa de uma redistribuição da propriedade da terra no Brasil. Na década de 60, viu a questão fundiária como produtora de conflitos que ameaçavam a unidade nacional e a harmonia interregional; o que o levou inclusive a defender o golpe militar em 1964 (Freyre, 1970).

seja aquela produzida de forma quase artesanal nos antigos engenhos, seja aquela desenvolvida sob condições tecnológicas bem mais avançadas na grande usina. Gilberto Freyre realizou o que ele mesmo qualificou de *trabalho impressionista*, “*uma visão da paisagem, da vida e do homem do Nordeste que a monocultura da canna feriu mais profundamente*” (idem, *ibidem*, p. 17). Analisa o “*sacrifício da terra, das águas, dos animaes, e das pessoas ao assucar*” (idem, p. 76).

Além da escassez alimentar provocada pelo cultivo exclusivo da cana-de-açúcar, Freyre esquadrinha os efeitos multifacetados de uma estrutura social alicerçada na monocultura, no latifúndio e na escravidão. Denuncia o trabalho sazonal, tendo em vista que a monocultura dificultava a proliferação de “*pequenas culturas uteis, pequenas culturas e industrias ancillares ao lado da imperial, de canna de assucar*” Chega inclusive a associar esse ócio periódico dos trabalhadores ao uso de entorpecentes, pois “*houve evidente tolerancia – quando não mais-que-tolerancia – para a cultura dessas plantas voluptuosas, tão próprias para encher de langor mezes de ocio deixados ao homem pela monocultura da canna*” (idem, p. 14-5).

Aponta a erosão e depauperamento dos solos como indissociáveis da prática da monocultura, “*devastando as mattas e utilizando-se do terreno para uma cultura unica, a monocultura deixava que as outras riquezas se dissolvessem na agua, se perdessem nos rios*” (idem, p. 43-4). Gilberto Freyre ratifica o caráter predatório da lavoura açucareira apontado por Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*, pois “*o systema agricola da monocultura latifundiaria e escravocrata foi aqui o quasi militar da conquista de terras para fins immediatos de guerra ou de campanha. Não se pensou nunca no tempo, mas só no espaço; e no espaço, em termos de um só producto a explorar desbragadamente – o assucar. Exploração com fins immediatos*” (idem, p. 74).

O rio, outrora elemento socializador, transforma-se, pela ação poluidora da monocultura açucareira, em “*lugar de fantasmas*”.

“Só o mal-assombrado povôa ainda de sombras romanticas as aguas immundas dos rios prostituidos pelo assucar. Mal assombrado de estudante assassinado que o cadaver apparece

boiando por cima das águas, ainda de fraque e flôr na botoeira. Mal assombrado de menino louro afogado que o siry não roeu e o anjinho aparece inteiro. Mal assombrado de moça morena que se atirou no rio doída de paixão e os seus cabelos se tornaram verdes como o das yaras. Pouca gente acredita que o passado dos rios do Nordeste tenha sido tão bonito e tão ligado á nossa vida sentimental. Mas foi” (idem, p. 61-2)

O desaparecimento de animais silvestres e a destruição das matas são outros elementos enunciados pelo autor como indissociáveis da prática da monocultura em larga escala.

Embora reiterando o caráter adocicado e integrador da colonização portuguesa na América, Gilberto Freyre foi um dos primeiros pensadores sociais brasileiros a apontar o sentido destruidor da economia latifundiária e monocultora sobre as culturas indígena e africana. Causador do desenraizamento cultural, social e ecológico do índio brasileiro, visando inseri-lo na dinâmica econômica sedentária da vida colonial, “*o açúcar matou o índio*”. Em combate com os arianistas, atribui possíveis comportamentos inadequados do negro africano não à sua índole natural, mas à “*capacidade imensa desse sistema para rebaixar moralmente senhores e escravos... a escravidão desenraizou o negro do seu meio social e de família, soltando-o entre gente estranha e muitas vezes hostil... É absurdo responsabilizar-se o negro pelo que não foi obra sua nem do índio mas do sistema social e econômico em que funcionaram passiva e mecanicamente*” (Freyre, 1969, p. 315-6).

Do mesmo modo que Oliveira Vianna, Freyre apesar de ter por objeto os resultados *indesejáveis* do sistema latifundiário implantado no período colonial-escravocrata, naturaliza o processo de colonização agrária portuguesa em território brasileiro. Atribui a introdução do grande domínio rural e da escravidão como decorrências imperiosas de contingências climáticas e culturais, pois nenhum “*outro método de suprir as necessidades do trabalho poderia ter adotado o colonizador português do Brasil*” (idem, p. 338). Para ele, a colonização baseado em pequenas propriedades era inviável, na medida em que os colonos europeus não conseguiriam ven-

cer as condições inóspitas de clima e solo tropicais. “*Tenhamos a honestidade de reconhecer que só a colonização latifundiária e escravocrata teria sido capaz de resistir aos obstáculos enormes que se levantaram à civilização do Brasil pelo europeu. Só a casa-grande e a senzala. O senhor de engenho rico e o negro capaz de esforço agrícola a ele obrigado pelo regime de trabalho escravo*” (idem, p. 338).

Posteriormente Caio Prado Jr. colocará a questão no seu devido lugar: o tipo de colonização agrária adotada no Brasil somente pode ser plenamente entendida à luz de sua articulação com os interesses mercantis da metrópole portuguesa. O latifúndio e a escravidão não foram produtos de necessidades ditadas pelo clima tropical, da farta disponibilidade de terras, de exigências técnicas da produção ou de peculiaridades de nosso solo, mas de sua plena compatibilidade com a produção em larga escala de produtos de alto valor comercial no mercado europeu.

Há que se considerar, entretanto, que Gilberto Freyre esteve muito mais devotado à análise das conseqüências culturais do processo colonizador – a formação da identidade nacional e da família brasileira a partir do amalgamento de matrizes raciais diferenciadas (o branco europeu, o negro africano e o índio americano), do que indicar os fatores históricos e econômicos que motivaram tal empreendimento. Ao deslindar as formas de sociabilidade no espaço privado da casa-grande, a contribuição da obra freyriana é inestimável ao pensamento social brasileiro e ao entendimento das relações sociais no Brasil.

CAIO PRADO JR.: O LATIFÚNDIO COMO OBSTÁCULO AO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

A perspectiva analítica proposta por Caio Prado Jr. representará uma ruptura nas formas de interpretação do Brasil dominantes na primeira metade do século XX. Distante de buscar as origens da identidade nacional ou de delinear a necessidade da intervenção centralizadora do Estado na construção da nação brasileira, Caio Prado Jr. procurou expli-

car historicamente os fatores estruturais que obstaculizariam a emergência de uma sociedade democrática no Brasil. Além disso, inova no sentido de analisar os conflitos sociais enquanto forças propulsoras do dinamismo social e da história e não como distúrbios que enfraquecem a integração nacional – como Vianna, ou enquanto ameaças à paz social propiciada pelo regime patriarcal que favorece o harmônico amalgamento de nossas diversidades étnicas, regionais, etc. – como Gilberto Freyre.

A obra de Caio Prado Jr., que se inicia nos anos 30 com a publicação de *URSS, Um Novo Mundo*, mas que começa a ganhar efetivamente envergadura com o lançamento de *Evolução Política do Brasil*, inaugura uma interpretação marxista da formação social brasileira, procurando buscar na história as raízes e as causas dos dilemas vividos pelo Brasil contemporâneo, pois “*este início, cujo caráter se manteve dominante através dos três séculos que vão até o momento em que ora abordamos a história brasileira, se gravará profunda e totalmente nas feições e na vida do país*” (Prado Jr., 1996, p. 32).

Caio analisa a herança colonial, as determinações do passado no presente; desvela os impasses do Brasil de sua época. Impasses gerados por uma história marcada pela ausência de grandes rupturas econômicas e políticas, onde a persistência, a reprodução de estruturas econômicas e políticas, de relações sociais e formas de pensar foi a característica maior⁶.

Discute as questões básicas que conformaram a sociedade brasileira: o sentido da colonização, o peso das relações escravistas sobre os valores sociais, idéias, ideologias, comportamentos e, principalmente, o nosso desenvolvimento econômico articulado e dependente de fatores externos podem ser considerados três eixos articuladores de sua obra (Ianni, 1989). Nessa perspectiva, sua abordagem analítica e suas temáticas são bastante inovadoras tanto em relação a Gilberto Freyre quanto Oliveira Vianna, pois a obra de “*Caio Prado Júnior pode ser tomada como uma*

⁶ Carlos Nelson Coutinho afirma que Caio Prado Jr. teria sido o primeiro intelectual marxista brasileiro, sem ler Gramsci ou Lênin, a propor a compreensão do desenvolvimento brasileiro a partir de uma via não-clássica para o capitalismo (Coutinho, 1989).

interpretação diferente, original e influente. Redescobre o passado, repensa o presente e abre perspectivas sobre as tendências futuras” (idem, p. 63).

Diferente e original porque representa a mais desafiadora análise da formação histórica brasileira até então empreendida à luz de uma nova metodologia de análise: a dialética marxista. Influente porque, apesar de marginalizada pelo oficialismo de direita e de esquerda, ecoará não apenas em obras intelectuais futuras, mas também no repensar dos caminhos traçados pela esquerda brasileira nas décadas subseqüentes. Por isso, sua obra revela um estilo de pensamento peculiar da realidade brasileira naquele momento: desvenda a trama das relações sociais e econômicas, os conflitos sociais, as determinantes econômicas de nossa formação nacional, o passado escravocrata e suas marcas na contemporaneidade e constrói o caleidoscópio de nossas diversidades regionais e de nossos tempos históricos.

Além disso, Caio pode ser considerado um autor original não apenas porque representou o primeiro a explicar a formação do Brasil a partir do marxismo, mas sobretudo porque, ainda que um tanto intuitivamente, superou os limites de um marxismo oficial ditado pelas instâncias partidárias que tolhia a imaginação criadora. Contudo, soube ousar; procurando interpretar nosso país a partir de uma complexa e rica articulação entre o concreto e o abstrato (Leão Rego, 1998), suas análises derivam menos da leitura dos cânones marxistas do que de uma apaixonada busca de desvelar seu país. Rejeitando esquematismos teóricos, articulou teoria e empírico a partir da complexidade do real.

No interior desse quadro interpretativo proposto pelo autor, qual a relação que estabelece entre a estrutura agrária e a formação histórica da nação brasileira?

Ainda que em *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942) estejam presentes os elementos fundamentais para a compreensão dessa relação, será no calor dos conflitos agrários travados nos anos 50-60 que ele exporá mais detidamente sua compreensão da questão agrária no Brasil e sua articulação com os principais dilemas nacionais.

A análise central da obra de Caio em relação ao latifúndio é que uma estrutura agrária altamente concentrada não constituiria um obstáculo à consolidação e desenvolvimento do modo de produção capitalista⁷, mas que a concentração fundiária propiciava as condições para a reprodução de relações de trabalho que possibilitavam a superexploração da força de trabalho, mantinham os trabalhadores rurais excluídos de direitos civis e políticos e, ao mesmo tempo, perpetuavam o poder dos grandes proprietários. “... *as sobrevivências pré-capitalistas nas relações de trabalho da agropecuária brasileira, longe de gerarem obstáculos e contradições opostas ao desenvolvimento capitalista, têm pelo contrário contribuído para ele. O ‘negócio’ da agricultura – e é nessa base que se estrutura a maior e principal parte da economia rural brasileira – não se mantém muitas vezes senão graças precisamente aos baixos padrões de vida de trabalhadores, e pois ao reduzido custo da mão-de-obra que emprega*” (Prado Jr., 1987, p. 97-8).

Para Caio Prado Jr., conquanto baseadas em formas de remuneração não-monetárias da força de trabalho (morada, parceria, cambão, agregação, meia, etc.), as relações de trabalho estabelecidas entre proprietários agrícolas e trabalhadores seriam de tipo capitalista e não *resquícios feudais* como interpretavam os teóricos pecebistas.

Em conseqüência, a “*revolução brasileira*” no campo, na perspectiva do autor, teria como papel crucial eliminar todas as relações de trabalho herdadas do passado escravista que impediam a plena cidadania dos trabalhadores rurais. Trabalhadores submetidos não apenas à exploração de sua força de trabalho, mas a uma “*situação toda especial de dependência e constrangimento que não existe para o trabalhador urbano*” (idem, p. 96).

Nesse sentido, o programa político proposto por Caio não seria nem de uma revolução socialista (como propunham dissidentes do PCB), muito menos de uma aliança nacional anti-imperialista e anti-latifundiária (como propunha a linha oficial do PCB). Duas questões seriam fundamen-

7. Tese advogada por teóricos ligados ao PCB e às formulações da III Internacional Comunista.

tais: a proposição de uma legislação trabalhista capaz de estender ao trabalhador do campo a plenitude dos direitos de cidadania; e o aumento da oferta de trabalho na agropecuária, através de mecanismos de redistribuição da propriedade territorial, o que propiciaria aos trabalhadores um maior poder de barganha junto aos empregadores. Portanto, a reforma agrária aparece no ideário de Caio como um meio de regular o mercado de mão-de-obra e melhorar as condições de vida e trabalho do assalariado rural e urbano e não com o fim de criar um *agricultura camponesa*.

Além disso, orientado por uma concepção analítica do capitalismo que tem como fundamento central a circulação e não a produção de mercadorias, apontava o latifúndio como uma decorrência natural do *sentido da colonização* empreendida pelos portugueses no Brasil; apenas o grande domínio rural cumpriria satisfatoriamente a função de abastecer a metrópole com produtos de alto valor comercial no mercado europeu. Uma conseqüência nefasta desse tipo de orientação econômica e de sua derivante estruturação agrária (alicerçada no latifúndio), reiteradamente apontada pelo autor, é a relegação do mercado interno a um segundo plano. A dinâmica econômica colonial estimula a concentração fundiária monocultora e exportadora – “*elemento e fator que fundamentalmente condiciona a economia rural brasileira em conjunto*” (idem, p. 26) – e atribui à pequena produção – “*formas inorgânicas de produção*”, segundo Caio – o papel marginalizado de abastecimento da população brasileira e, principalmente, de reserva de mão-de-obra das grandes propriedades.

Indica a tríade latifúndio-monocultura exportadora-escravidão enquanto elemento indissociável que emperra o desenvolvimento nacional, pois ...

“... as atividades econômicas do Brasil não se entrosam num conjunto ditados pelas necessidades gerais e fundamentais do país; ou antes esse entrosamento não se faz ou permanece débil porque a natureza colonial da economia brasileira se orienta essencialmente para o exterior: e é de lá, portanto, que

provêm seus principais e fundamentais estímulos. É no plano do comércio externo que efetivamente se entrosa a estrutura fundamental da economia brasileira (...) efeito da defeituosa estruturação da nossa economia, que, organizada essencialmente como fornecedora de produtos primários para os mercados exteriores, não se apóia e articula necessidades e atividades fundamentais e essenciais da massa da população brasileira e do país em geral. (Prado Jr., 1962, p. 327).

A inextricável associação à exportação e secundarização do mercado interno é, segundo o autor, um dos mais graves efeitos à vida nacional decorrentes da herança de uma estrutura latifundiária, uma das causas principais da “*deplorável miséria material e moral da população trabalhadora do campo brasileiro*”.

“(…) alcançamos com isso o ponto nevrálgico da economia brasileira: a estrutura agrária do país, responsável principal, sem dúvida, pelo baixo nível e padrão econômico da população brasileira; e, portanto, entre outras conseqüências, das insuficiências quantitativas e qualitativas do mercado interno do país (...) (idem, p. 327-8).

A “*revolução brasileira*” de Caio Prado Jr. representaria um conjunto de ações voltadas à formação e desenvolvimento de uma “*coletividade nacionalmente integrada e organizada*” (Prado Jr., 1987, p. 216), pressupondo um mercado interno dinâmico e equilibrado. Ganha ênfase em seu projeto nacional, a regularização do mercado de trabalho, propondo mecanismos de legislação trabalhista e, secundariamente, de reforma agrária, que protejam o trabalhador tanto da superexploração quanto de formas de dominação que lhe tolhem a liberdade civil e política. Seu projeto é a construção da nação brasileira, a transformação de indivíduos em cidadãos e da população em povo.

“Não é possível construir um país moderno e realmente integrado nos padrões econômicos e culturais do mundo em que

vivemos, sobre a base precária e de todo insuficiente de um contingente humano como este que forma a grande massa da população brasileira” (Prado Jr., 1979, p. 89).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Oliveira Vianna, ensaísta. Gilberto Freyre, sociólogo. Caio Prado Jr., historiador. Ainda que diferenciadas em suas abordagens, as obras destes três grandes pensadores sociais do Brasil estão unidas pela preocupação comum de interpretar historicamente o país, esquadrinhando os impasses para a construção de nossa nacionalidade.

Contemporâneos de seu tempo, todos eles, de formas diferenciadas, refletem os problemas que afligem a sociedade brasileira em suas primeiras décadas, buscando explicar o presente e, algumas vezes, projetar o futuro à luz da compreensão do passado. *“A conjuntura histórica altamente crítica e fecunda, como a dos anos 20 e 30, abre novos horizontes históricos e teóricos. Esse o contexto em que se esboçam e desenvolvem as novas interpretações da sociedade brasileira, os novos estilos de pensamento brasileiro, marcando muito do que é o Brasil do século XX”* (Ianni, 1993, p. 434).

Estes autores contribuem ainda hoje para a compreensão da contemporaneidade brasileira. Em particular, em relação à não resolvida questão agrária. Caio Prado Jr., por exemplo, salientava a dificuldade de constituição de um capitalismo de bases nacionais, alicerçado em um amplo e diversificado mercado interno – temática, sem dúvida, atual à sociedade brasileira de fim de século mergulhada nos dilemas de sua dependência a mercados externos e aos fluxos internacionais de capitais. A crítica ecológica de Gilberto Freyre é um libelo ainda contemporâneo contra os desastres provocados pela prática de uma agricultura monocultora. A difícil constituição da unidade nacional, do Estado nacional e a problemática supremacia do privado sobre o público como decorrência da hegemonia absoluta do grande domínio rural, tão reiteradas por Oli-

veira Vianna, ainda que sob um enfoque autoritário, são preocupações bastante atuais.

Conservadores ou revolucionários, liberais ou socialistas, tradicionalistas ou modernistas, sob diferentes estilos de pensamento, os pensadores sociais da primeira metade do século procuraram, acima de tudo, interpretar o Brasil. Oliveira Vianna, Gilberto Freyre e Caio Prado Jr., sob enfoques analíticos diferenciados, constituem leitura obrigatória para quem quer conhecer o país.

ABSTRACT: This article analyze as three classical authors of the Brazilian social thought – Oliveira Vianna, Gilberto Freyre e Caio Prado Jr. – dealt, with the similitudes and differences, the socials, culturals, economics, politicals and ecologicals consequences caused by implantation and development of the agrarian structure based on the latifundium in Brazil.

KEYWORDS: Brazilian national formation, Brazilian social thought.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BASTOS, E. R. *Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira*. São Paulo: 1986. Tese de doutorado – PUC/SP.
- _____. Oliveira Vianna e a sociologia no Brasil (um debate sobre a formação do povo). In MORAES, J. Q. de, BASTOS, E. R. *O pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993, p. 405-438.
- CARVALHO, J. M. de. A utopia de Oliveira Vianna. In MORAES, J. Q. de, BASTOS, E. R. *O pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993, p. 13-42.
- COUTINHO, C. N. Uma via não-clássica para o capitalismo. In D'INCAO, Maria Angela. *História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura / Brasiliense / Editora da UNESP, 1989, p. 115-131.

- DOMINGUES LEÃO REGO, W. G. Tavares Bastos e Oliveira Vianna: contraponto. In MORAES, J. Q. de, BASTOS, E. R. *O pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993, p. 167-185.
- FREYRE, G. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.
- _____. *Nordeste*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1937.
- _____. *Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1969.
- _____. Prefácio à 2ª ed. FREYRE. *Cana e reforma agrária*. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais – MEC, 1970.
- IANNI, O. A dialética da história. In D'INCAO, M. A. *História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura/Brasiliense/Editora da UNESP, 1989, p. 63-78.
- _____. Estilos de pensamento. In MORAES, J. Q. de, BASTOS, E. R. *O pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas: Editora da Unicamp. 1993, p. 429-438.
- LEÃO REGO, R. M. Caio Prado Jr.: sentimento do Brasil. *Revista USP – Dossiê Intérpretes do Brasil – Anos 30*, São Paulo, n. 38, p. 78-87, 1998.
- ODALIA, N. Oliveira Vianna: a teoria do estado. In MORAES, J. Q. de, BASTOS, E. R. *O pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993, p. 145-156.
- PÉCAUT, D. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.
- PRADO JR., C. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1962.
- _____. *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- _____. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- _____. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- VIANNA, O. *Populações meridionais do Brasil: história, organização, psicologia*. Belo Horizonte/Itatiaia, Niterói/Editora da Universidade Federal Fluminense (Coleção reconquista do Brasil, 2ª série), 1987.